

**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**

**LAUDO TÉCNICO nº 31/2016**

**PAAF nº 0024.16.012907-8**  
**Inquérito Civil nº 0145.16.001995-9**

1. **OBJETO:** Instituto Metodista Granbery
2. **ENDEREÇO:** Rua Batista de Oliveira, nº 1145 – Centro.
3. **MUNICÍPIO:** Juiz de Fora
4. **PROPRIETÁRIO:** Instituto Metodista de Educação -COGEIME
5. **GRAU DE PROTEÇÃO:** Tombamento – Decreto 7324/2002
6. **OBJETIVO:** Análise do estado de conservação e sugestão de medidas necessárias para sua conservação
7. **CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES:**

Em atendimento à solicitação da 8ª Promotoria da Comarca de Juiz de Fora, nos dias 05 e 06 de setembro de 2016 foi realizada vistoria no Instituto Metodista Granbery, localizado no Bairro Granbery na cidade de Juiz de Fora, pela arquiteta Andréa Lanna Mendes Novais e pela Historiadora Neise Mendes Duarte, analistas do Ministério Público.

**8. METODOLOGIA**

Para elaboração deste laudo foram utilizados os seguintes procedimentos técnicos: pesquisa sobre o bem cultural junto ao IEPHA, visita técnica ao local, consulta ao IC nº 0145.16.001995-9 e PAAF Nº 0024.16.012907-8, consulta ao site da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

**9. HISTÓRICO**

**9.1. Breve Histórico de Juiz de Fora <sup>1</sup>**

Por volta do ano de 1703, foi construída uma estrada chamada Caminho Novo. Esta ligava a região das minas ao Rio de Janeiro, facilitando o transporte do ouro extraído. Assim, a Coroa Portuguesa tentava evitar que o ouro fosse contrabandeado e transportado por outros caminhos, sem o pagamento dos altos tributos, que incidiam sobre toda extração.

O Caminho Novo passava pela Zona da Mata Mineira e, desta forma, permitiu maior circulação de pessoas pela região, que, anteriormente, era formada de mata fechada, habitada por poucos índios das tribos Coroados e Puris.

<sup>1</sup> Fonte: <http://www.pjf.mg.gov.br/cidade/historia.php>, acesso em maio/2013.



## Promotora Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Às suas margens surgiram diversos postos oficiais de registro e fiscalização de ouro, que era transportado em lombos de mulas, dando origem às cidades de Barbacena e Matias Barbosa. Outros pequenos povoados foram surgindo em função de hospedarias e armazéns, ao longo do caminho, como o Santo Antônio do Paraibuna, que daria origem, posteriormente, à cidade de Juiz de Fora.

Nesta época, o Império passa a distribuir terras na região, para pessoas de origem nobre, denominada sesmarias, facilitando o povoamento e a formação de fazendas que, mais tarde, se especializariam na produção de café. Em 1853, a Vila de Santo Antônio do Paraibuna é elevada à categoria de cidade e, em 1865, ganha o nome de cidade do Juiz de Fora.

Este nome tão característico - Juiz de Fora - gera muitas dúvidas quanto a sua origem. Na verdade, o Juiz de Fora era um magistrado, do tempo colonial, nomeado pela Coroa Portuguesa, para atuar onde não havia Juiz de Direito.

Alguns estudos indicam que um Juiz de Fora esteve de passagem na região e hospedou-se por algum tempo numa fazenda e que, mais tarde, próximo a ela, surgiria o povoado de Santo Antônio do Paraibuna.

A grande expansão cafeeira não foi privilégio do Vale do Rio Paraíba, na Província do Rio de Janeiro. Ela também se expande para regiões próximas, como a Zona da Mata em Minas Gerais, em torno de cidades como Leopoldina, Cataguases, Rio Preto e, principalmente, Santo Antônio do Paraibuna.

Nesta região, a produção cafeeira atingiu também um vasto território, composto de várias fazendas. Nelas trabalhava um grande número de escravos, uma média de 100 por fazenda. A produção de café utilizava poucas técnicas e, quando os solos se desgastavam, novas matas eram derrubadas e a produção se expandia.

A cafeicultura que floresceu ao redor do Santo Antônio do Paraibuna transformou a Vila no principal núcleo urbano da região. Nela, a produção das fazendas se concentrava para ser transportada e comercializada na Corte, na cidade do Rio de Janeiro. Além de se constituir em local onde se encontravam os variados gêneros de subsistência, possuía, também, funções sociais e culturais, como ponto de encontro das famílias para lazer e diversão.

A produção de café na Zona da Mata cresceu muito e Minas Gerais se tornou uma grande província cafeeira. Em 1875, a cidade de Juiz de Fora era a mais próspera entre outras localidades, possuindo a maior quantidade de escravos, sendo seguida por Leopoldina, Mar de Espanha e São Paulo do Muriaé.

Este período de prosperidade não demorou muito a declinar e, já na segunda década do século XX, a cultura do café estava desgastada na Província. Só que esta crise não afeta muito o dinamismo da cidade de Juiz de Fora, que contava já com outras atividades, como a indústria.

O governo do Império, a partir de 1850, passou a incentivar a vinda de imigrantes para o Brasil. Seus principais objetivos eram o povoamento de regiões vazias, a valorização das terras que seriam ocupadas pelos imigrantes e a produção de alimentos que pudessem abastecer as lavouras de café.

Em Juiz de Fora, esta política teve reflexos através das iniciativas de Mariano Procópio Ferreira Lage. Este conseguiu empréstimos para a introdução de colonos alemães na cidade. Seu objetivo inicial era conseguir mão-de-obra especializada para a construção da

### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

estrada União e Indústria. O objetivo era criar um núcleo colonial de alemães na cidade, conseguindo apoio para contratar 2 mil colonos.

Os alemães foram aos poucos se integrando às atividades urbanas, se tornaram carroceiros, sapateiros, marceneiros, operários, pedreiros etc. Deram origem a várias fábricas de cerveja, num total de oito. Os alemães, junto a outras pessoas da cidade, criaram costumes, fundições e malharias contribuindo, assim, para o crescimento industrial da cidade.

No final dos anos 1960 o crescimento populacional, urbanização descontrolada, economia baseada na prestação de serviços, o acirramento das questões sociais e o intenso debate político, característico da época. A criação da Universidade Federal de Juiz de Fora, no governo do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, trouxe à cidade uma contribuição fundamental: empregou e atraiu milhares de estudantes, incentivando um maior consumo de bens e de serviços.

O antigo conservadorismo católico, que desde meados da década de 1920, dominava a cidade, se desfez. Maior circulação de idéias, possibilitando, inclusive, a resistência cultural por parte do movimento estudantil na década de 70. Nesse momento vários grupos de teatro surgiram, música e poemas multiplicaram-se nos mimeógrafos. O Cine-Clube e a Galeria de Arte Celina permitiram aos jovens o conhecimento de uma arte que falava mais diretamente da liberdade e do "caos" da vida urbana.

Com o aumento da população, a especulação imobiliária, que sempre esteve presente no crescimento da cidade, motivou uma arquitetura "descuidada". Em nome do baixo custo de produção, edificaram-se verdadeiros "caixotes". Os prédios de importância histórica, foram em grande parte destruídos em nome de um progresso questionável, uma vez que a maioria da população dele não participa.

Nos últimos anos, observamos uma preocupação maior com o patrimônio histórico da cidade. Vários prédios importantes foram tombados graças ao envolvimento afetivo da população em defesa do seu passado. Esse cuidado a memória não está restrito às obras arquitetônicas. Está também presente na preservação de outros vestígios do passado, como os documentos escritos, as fotografias, objetos.



Figura 01 – Rua Halfeld em 1903.

**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**



Figura 02 – Imagem antiga da Avenida Rio Branco.

## 9.2. Breve Histórico do Instituto Metodista Granbery <sup>2</sup>

O Granbery é a mais antiga instituição de ensino da Zona da Mata Mineira.

Em 1889, Juiz de Fora era um dos principais centros da Região Sudeste e forte reduto republicano. Foi neste contexto, que o professor J. M. Lander chegou ao Brasil juntamente com sua esposa e um filho de colo para, no dia 8 de setembro, abrir as portas do "O Granbery", que então recebeu o nome de Colégio Americano Granbery, em homenagem ao Bispo com o mesmo nome.

Hoje parece inquestionável a escolha do espaço territorial em que o Granbery está localizado. Mas há cem anos, tal escolha dependeu de avaliações estratégicas que levaram em conta as tendências do desenvolvimento urbano de Juiz de Fora. Os dados influenciaram os pioneiros na construção do Instituto Granbery no local onde foi construído foram a fácil ligação com o centro e topografia com pequenas elevações.

Do ponto de vista financeiro, houve a possibilidade de se formar uma grande gleba que se prestou para expansão do projeto inicial e também como aplicação de capital. Boa parte do bairro Granbery surgiu como desmembramento dessa gleba.

A obra educacional do instituto foi implantada num ambiente adverso. Embora decididos e convencidos de que iniciavam um trabalho pioneiro, grandes incertezas materiais perturbavam uma ação global imediata por parte dos fundadores.

Assim o primeiro ante-projeto apresentado pela construtora Pantaleone Arcuri Spinelli, apesar de concepção belíssima, não logrou aprovação por se tratar de um edifício

<sup>2</sup>Informações retiradas do Dossiê de Tombamento do bem cultural.



### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

que embora de tamanho adequado para abrigar uma escola, seria construído na forma de um único bloco. Tudo indica que a cautela aconselhava uma construção modular, de forma que o módulo principal pudesse ser o único se as incertezas resultassem numa condição irremediável.

Assim surgiu o projeto Granbery, imponente em sua fachada, cauteloso em seu tamanho.

Logo porém, a cautela cedeu espaço ao arrojo, o sucesso da obra educacional impunha a ampliação dos espaços.

Seu primeiro curso foi o de Teologia, fundado em 1890, pois a ideia era a de preparar pastores metodistas para "conquistarem o Brasil como um todo". Em seguida vieram as faculdades de Direito (1911) e Pedagogia (1928). Os cursos criados atendiam sempre às constantes reivindicações da comunidade.

A partir de 1925 inicia-se a construção do edifício Lander, destinado a salas de aula e auditório, o célebre "Salão Nobre". Em seguida surge o edifício Tarboux, destinado a alojamento e salas de aula. Nesse momento se concretiza o conjunto histórico com a configuração conhecida hoje, prédios interligados com fachadas semelhantes.

Em 1939, após períodos de muitas crises, o projeto de universidade acabou-se. A partir dos anos 40, época em que o conjunto arquitetônico adquiriu condições relativamente boas de funcionamento, algumas obras de restauração foram se tornando imprescindíveis. Naquela oportunidade o prédio Granbery já contava com 40 anos de vida e seus telhados e assoalhos apresentavam todos os problemas próprios da madeira.

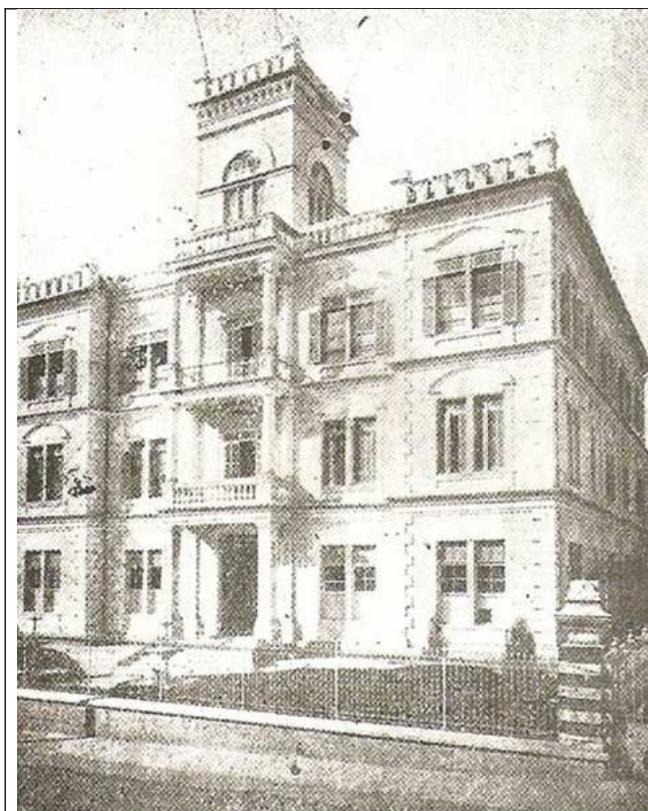
O processo de formação do Instituto necessitou ser melhor avaliado. Ao se instalar o bairro Granbery o Instituto cresceu fisicamente a custa de uma série de aquisições.

No dia 5 de junho de 1999, na Igreja Metodista do bairro de São Mateus, foi realizado um Ato Solene de Instalação da Faculdade Metodista Granbery. No dia 2 de agosto, daquele mesmo ano, aconteceu a aula magna do primeiro curso a marcar a volta do sonho: Administração.



Figura 03 – Instituto Granbery Vista geral.  
Fonte: <http://www.ricardoarcuri.com.br>

**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**



Granbery - 1889



No. 17. Juiz de Fora –  
Escola livre de Direito – Granbery.

Granbery - 1907

Figura 04 – Instituto Granbery, 1889.  
Fonte: <http://www.ricardoarcuri.com.br>

Figura 05 – Instituto Granbery, 1907.  
Fonte: <http://www.ricardoarcuri.com.br>

## 10. CONTEXTUALIZAÇÃO

Foi encaminhado a esta Promotoria de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais em 19/08/2016 o Inquérito Civil de nº MPMG-0145.16.001995-9, instaurado pela 8ª Promotoria de Justiça de Juiz de Fora, versando sobre uma possível violação do bem cultural denominado Instituto Metodista Granbery, situado na cidade de Juiz de Fora.

Em 26/08/2016 foi instaurado por esta Promotoria de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais o Procedimento de Apoio a Atividade Fim de nº MPMG-0024.16.012907-8 em apoio a Promotoria de Juiz de Fora na condução do inquérito supracitado.

O imóvel está inserido no conjunto paisagístico do Instituto Granbery que foi tombado pelo município por meio do Decreto nº 7324 de 04 de abril de 2002, em função do seu valor cultural.

Em 08/08/2016 foi encaminhada representação à 8ª Promotoria de Justiça de Juiz de Fora pela Comissão de Negociação do Instituto Metodista Granbery descrevendo atitudes praticadas pelo Instituto Metodista de Educação- COGEIME, responsável pela atual gestão da Rede Metodista de Educação, que poderiam colocar em risco os bens de valor material e imaterial do Instituto Metodista Granbery.

## 11. ANÁLISE TÉCNICA



Rua Timbiras, n.º 2941 - Barro Preto - Belo Horizonte-MG - CEP 30140-062  
Telefax (31) 3250-4620 – E-mail: [cpsc@mpmg.mp.br](mailto:cpsc@mpmg.mp.br)



### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

O bem cultural localiza-se na Rua Batista de Oliveira, nº 1145, bairro Granbery, próximo à área central da cidade de Juiz de Fora.

**O Conjunto Paisagístico do Instituto Granbery possui tombamento municipal através do Decreto nº 7324 de 04 de abril de 2002. A documentação referente ao tombamento foi encaminhada ao Iepha para fazer jus à pontuação do ICMS Cultural em 2003, ano em que foi aprovada.**

No dia 06 de outubro de 2016 foi realizada vistoria técnica no conjunto paisagístico pelas analistas do Ministério Público, a arquiteta Andrea Lanna Mendes Novais e a historiadora Neise Mendes Duarte. Há também o centro de esportes, o CEFE, que será objeto de análise em nota técnica específica.

Constatou-se que o conjunto é formado por três prédios: Granbery, Tarboux e Lander, que apesar de formarem um conjunto coeso e homogêneo, apresentam estado de conservação e características internas diferenciadas.



Figura 06 – Instituto Granbery, 2016. Foto da vistoria

Constatou-se que foram realizadas obras de intervenção nos edifícios Granbery e Tarboux, que se encontram em bom estado de conservação, sendo utilizados para fins educacionais.

**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**



Figuras 07 e 08 – Imagens internas do Instituto Granbery, 2016. Fotos da vistoria

O edifício Lander não passou por obras de restauro / requalificação, apresentando-se em regular estado de conservação, sem utilização da maior parte dos seus ambientes. A falta de uso favorece o avanço das patologias existentes, uma vez que não são adotadas as medidas necessárias de conservação e manutenção.

Constatou-se que o salão Lindenberg, antigo Salão Nobre, de grandes dimensões, localizado no Edifício Lander, encontra-se sem uso, sendo utilizado como depósito de materiais diversos, desde móveis até material inflamável. Encontra-se sem forro, com algumas telhas quebradas ou deslocadas, o que favorece o contato das intempéries com a área interna, causando danos nas alvenarias e piso de madeira. O piso tabuado apresenta trechos instáveis e / ou danificados pela umidade e cupins. Constatou-se a presença de dejetos de pombos, que tem acesso ao interior da edificação. Na data da vistoria, constatou-se que o extintor existente encontrava-se fora da validade.



Figuras 09 e 10 – Imagens antigas do Salão Nobre- Prédio Lander. Fonte: GUIUDISE, Ernesto; TERROR, José de Souza; BELLEIGOLI, Ulisses.. **O Granbery**. Granbery Edições. Juiz de Fora, 2012.



**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**



Figura 11 – Vista interna do ambiente anteriormente ocupado pelo Salão Nobre.



Figura 12 – Vista interna do ambiente anteriormente ocupado pelo Salão Nobre.



Figura 13 – Vista interna do Salão Nobre.

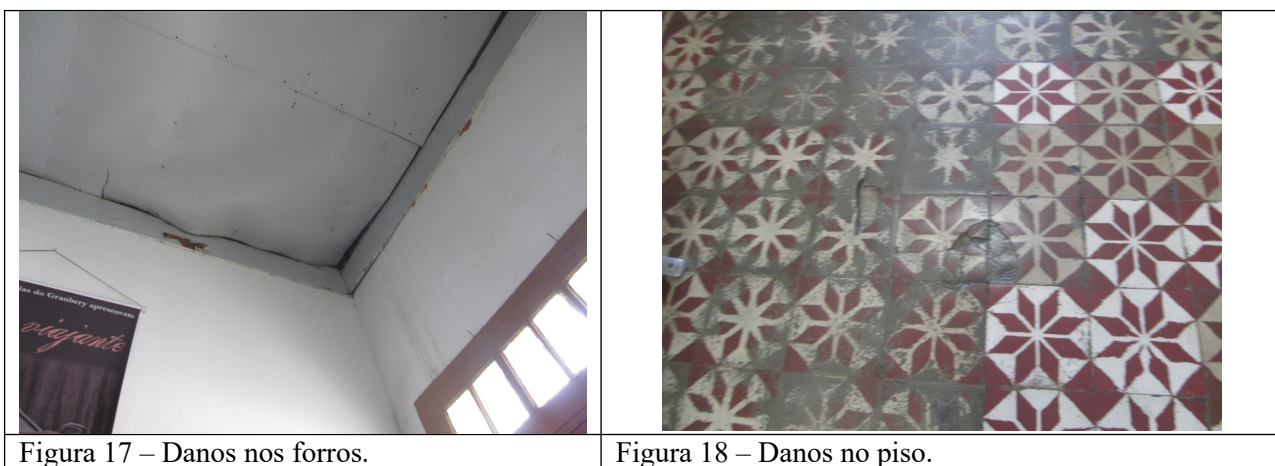


Figura 14 – Material inflamável

**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**



As demais instalações do edifício Lander apresentavam danos pontuais, especialmente nos forros. Há danos decorrentes do uso constante, como os apresentados nos pisos em ladrilhos hidráulicos. Não tivemos acesso aos gabinetes que se encontravam trancados e sem uso.



## 12. CONCLUSÕES

O Conjunto Paisagístico do Instituto Granbery possui valor cultural<sup>3</sup>, reconhecido pelo município ao realizar o seu tombamento no ano de 2002.

Apesar de toda importância, um dos edifícios integrantes do conjunto, o edifício Lander, encontra-se em regular estado de conservação. Acredita-se que um conjunto de fatores contribuiu com a deterioração do imóvel, entre eles a fragilidade dos materiais

<sup>3</sup> “O valor cultural não é intrínseco, mas criado, instituído historicamente, no seio da interação social e, por isso, nem é imutável, nem homogêneo. Mais ainda: o conflito é seu berço e trajetória naturais, pois não está desvinculado de interesses de indivíduos, grupos e sociedades e assim, por sua natureza política, precisa ser declarado, proposto, legitimado, tornado aceitável ou desejável”. BEZERRA DE MENESES. Valor cultural, valor econômico: encontros e desencontros.

### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

construtivos que ficaram expostos às intempéries, a antiguidade da edificação e a falta de uso.

Sendo assim, são necessárias medidas para paralisar o processo de degradação do imóvel. São intervenções simples que, se não adotadas, poderão se tornar mais sérias, comprometendo com maior gravidade o prédio protegido por tombamento e tornando a obra mais onerosa.

Recomenda-se, especialmente para o edifício Lander:

- Remoção do material que se encontra armazenado no Salão Nobre, que pode causar sobrepeso sobre a estrutura, causando danos ao imóvel.
- Limpeza interna do Salão Nobre.
- Revisão da cobertura, prevendo substituição do madeiramento que se encontrar comprometido, assentamento das telhas deslocadas em seu local original e substituição daquelas que se encontrarem comprometidas por outras no mesmo modelo, revisão do sistema de drenagem.
- Atualização do projeto de proteção a incêndio e pânico, com instalação dos equipamentos necessários.
- Elaboração de projeto de requalificação do edifício, que deverá ser previamente analisada e aprovada pelo órgão de proteção competente.
- Após a conclusão das obras, promover uso ao imóvel, compatível com as suas características, de forma a se garantir sua manutenção periódica. A preservação é de suma importância para a perpetuação do bem e uma das formas de preservar é atribuir um uso ao imóvel, a fim de incorporá-lo ao cotidiano dos habitantes, fazendo com que o imóvel cultural cumpra sua função social. A esse respeito, a Carta de Atenas prevê:

A conferência recomenda que se mantenha uma utilização dos monumentos, que assegure a continuidade de sua vida, destinando-os sempre a finalidades que respeitem o seu caráter histórico ou artístico.

Em relação aos demais prédios, recomenda-se a adoção de medidas de conservação preventiva, que são intervenções de menor complexidade e baixo custo que possibilitam prevenir danos maiores e, frequentemente, irreversíveis. Sugere-se a realização de vistoria regular no imóvel, preferencialmente antes e após o período chuvoso, com o objetivo de solucionar pequenas patologias, dentre as quais destacamos:

- revisão de telhado, calhas e condutores;
- drenagem pluvial de terreno adjacente;
- imunização contra insetos xilófagos;
- reboco e pintura interna e externa de alvenarias e esquadrias;
- revisão de instalações elétricas e hidráulicas;
- estabilização de recalques estruturais de pequenas proporções;
- reconstituição de alvenarias arruinadas;
- revisão de esquadrias, com ênfase nos aspectos de segurança contra roubo e vandalismo;
- instalação de sistema de alarmes contra roubo e/ou prevenção contra incêndio.

### 13. ENCERRAMENTO





**Promotora Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**

São essas as considerações deste setor técnico, que se coloca à disposição para o que mais se fizer necessário.

Belo Horizonte, 13 de outubro de 2016.

Neise Mendes Duarte Analista do Ministério Público – MAMP 5011 Historiadora	Andréa Lanna Mendes Novais Analista do Ministério Público – MAMP 3951 Arquiteta Urbanista – CAU A 27713-4
---	---



Rua Timbiras, n.º 2941 - Barro Preto - Belo Horizonte-MG - CEP 30140-062  
Telefax (31) 3250-4620 – E-mail: [cppc@mpmg.mp.br](mailto:cppc@mpmg.mp.br)